BANCO DO BRASIL

Introdução
ao
Relatório referente
ao
exercício de 1948

Rio de Janeiro - 1949

Banco do Brasil
S. A.

Introdução ao relatório referente ao exercício de 1948

Rio de Janeiro — 1949

BANCO DO BRASIL S. A.

DIRETORIA

PRESIDENTE

Dr. Manoel Guilherme da Silveira Filho

DIRETORES

Sr. Alberto de Castro Menezes
Sr. Hamilcar José do Amaral Bevilaqua
Dr. Jorge de Toledo Dodsworth
Dr. Marino Machado de Oliveira
Dr. Ovídio Xavier de Abreu
Dr. Pedro Demosthenes Rache
Dr. Walther Moreira Salles

CONSELHO FISCAL

Sr. Argemiro de Hungria Machado
Dr. Carloman da Silva Oliveira
Dr. João Daudt d'Oliveira
Dr. José Mendes de Oliveira Castro
Sr. Pedro de Magalhães Corrêa

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Dr. Ary de Almeida e Silva
Sr. João Rodrigues Teixeira Junior
Sr. José do Nascimento Brito
Dr. José Willemsens Junior
Sr. Manoel Gomes Moreira

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Foi difícil o ano de 1948, mas a perseverança na execução da política econômica-financeira do Govêrno permitiu que se tornassem evidentes os sinais de recuperação econômica do País.

Após o decurso de três anos de vigência dessa política, justo é rememorar a situação com que teve de se defrontar o atual Govêrno, em janeiro de 1946, época do início de sua gestão.

Durante o ano de 1945 muito se tinham agravado os danos econômicos, financeiros e sociais do mal inflacionista que, a partir de outubro de 1930, acometera a Nação.

No período decorrido entre 1930 e 1945, portanto 15 anos, sofrera o meio circulante um acréscimo de 14.690 milhões de cruzeiros, com a agravante, ainda, de terem sido lançadas na circulação, em jorros contínuos, só no sexênio 1940 a 1945, emissões de papel-moeda, cujo volume atingiu ao alto valor de 12.564 milhões de cruzeiros.

De 2.845 milhões de cruzeiros, em 1930, passara o meio circulante a 17.535 milhões de cruzeiros, em 1945.

O potencial monetário ascendera de 5.200 milhões de cruzeiros, em 1930, a 41.490 milhões de cruzeiros em 1945; tomando-se 1930 = 100, seu índice chegara a 798.

O índice do custo da vida, na base 1930 = 100, elevara-se a 267.

As sucessivas emissões de papel-moeda, que se fizeram através da Carteira de Redescontos, cujo regulamento sofreu reiteradas modificações no sentido de lhe atenuar a rigidez de funcionamento, provocaram forte depreciação monetária e, em consequência, todos os desajustamentos econômicos e sociais próprios da inflação.

A Carteira de Redescontos constituíra, depois de 1930, a máquina cuja produção, até 1945, mais avolumara a inflação monetária. Em vez de agir como mecanismo de fomento à produção, passara a funcionar, em virtude de distorsões oriundas da pressão de várias ocorrências financeiras, como aparelho propulsor de especulações. De 1939 em diante, até 1945, a Carteira de Redescontos operara em redescontos bancários sem qualquer restrição. Por terem essas operações provocado emissões sucessivas de papel-moeda, sem que tivesse havido prèviamente aumento de produção, agravara-se o desequilíbrio econômico do País.

Pode ser avaliada a situação econômico-financeira do País, em 1946, pela declaração feita pelo Govêrno Ditatorial, em 2 de fevereiro de 1945, através da exposição de motivos do seu eminente Ministro da Fazenda, justificando a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito. Nessa exposição o Ministro da Fazenda afirmava peremptòriamente que

> "a inflação, em sua obra de desorganização da ordem econômica, estava criando uma situação caótica, impossível de controlar".

Tal afirmação apareceu em fevereiro de 1945, mas, até 29 de outubro do mesmo ano, a situação fôra se agravando a passos largos, de modo que ao atual Govêrno, no início de sua gestão, a 31 de janeiro de 1946, em verdade coube deparar-se com o cáos financeiro e econômico, que à Ditadura se afigurava "impossível de controlar".

Até outubro de 1945 tinha piorado imenso a devastação ocasionada pela inflação ao organismo econômico da Nação. Com a criação imoderada de dinheiro haviam surgido as consequências econômicas, sociais e morais decorrentes das enormes perturbações dos preços. As especulações e os golpes de esperteza constituíam atrativos. A proliferação das fortunas fáceis e as dissipações dos novos ricos da inflação agravavam os sofrimentos dos novos pobres, que viviam de salários, rendimentos fixos e vencimentos.

A ação pervertedora da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sôbre o Estado afrouxava-se a unidade política da Nação.

Foi nesse pesado ambiente que se iniciou, a 31 de janeiro de 1946, o atual Govêrno.

Teve, ainda, o novo Govêrno de se deparar com uma gravíssima crise bancária, resultante das especulações geradas pela inflação de crédito e cuja amplitude muito se acentuara graças à liberalidade com que os Institutos, Caixas Econômicas e Autarquias efetuavam depósitos em bancos particulares, onde as taxas eram superiores às do Banco do Brasil.

A especulação criara mesmo um mercado de procura dêsses depósitos mediante elevadas comissões; bancos e casas bancárias tinham sido fundados em profusão em todo o País. Pessoas alheias à técnica bancária, atraídas ùnicamente pela idéia de lucros fáceis, tinham obtido certas-patente para criação de bancos e êsses haviam surgido como cogumelos.

Aquêles mencionados depósitos de institutos paraestatais, atingindo mais de 1.500 milhões de cruzeiros, haviam sido utilizados, no Rio, quase exclusivamente em operações de especulação imobiliária, criando assim um novo mercado que tivera desenvolvimento rápido e altamente lucrativo, ocasionando a alta de preços dos imóveis e dificultando a vida de todos em benefício de meia dúzia de especuladores.

Essas especulações tinham ocasionado, ainda, com o sacrifício da produção agrícola, a transferência de braços do interior para as obras vultosas que se promoveram nos grandes centros, principalmente no Rio e São Paulo, à custa de recursos de origem inflacionista: as emissões de papel-moeda e a expansão indiscriminada do crédito bancário.

* * *

Ao novo Govêrno cumpria, pois, conjurar os perigos dessa gravíssima situação, gerada pelos jactos contínuos das emissões de papel-moeda e a expansão imoderada do crédito bancário. Para corrigir o desequilíbrio econômico existente foi adotada uma política econômico-financeira, cuja execução

teve de enfrentar os maiores obstáculos. Surgiu, logo, a oposição de determinadas fôrças, oriundas de grupos, cujo poder econômico muito se havia acrescido à sombra da inflação, com o sacrifício da maioria da população empobrecida pela redução do seu poder de compra, consequente à contínua depreciação da moeda.

Visou essa política corrigir os malefícios da inflação sem, entretanto, concorrer para qualquer depressão econômica.

Considerando o ritmo em que se vinha processando a inflação monetária e as suas repercussões econômicas, sociais e financeiras, não será difícil apreciar as dificuldades que se apresentaram ao Govêrno, na execução de sua política anti-inflacionista.

Foi constante preocupação dos executores dessa política afastar os fatôres que pudessem contribuir para qualquer depressão econômica e ocasionar o desemprêgo. Por isso evitaram a deflação e não reduziram a circulação monetária.

O Banco do Brasil não fêz deflação de crédito, mas submeteu-o a contrôle técnico visando sustar as especulações. Manteve-se no mesmo nível o volume total dos empréstimos, pois, extinguindo-se os concedidos aos setores de especulação, foram as quantias assim liberadas dirigidas para aplicações nos setores de produção de bens de consumo. Não obstante todos os esforços empreendidos para deter as emissões de papel-moeda, emitiram-se, ainda, em virtude da pressão de vários fatôres inflacionistas, em 1946, 2.959 milhões de cruzeiros.

Apesar disso, os inflacionistas persistiram em afirmar que o Govêrno estava pondo em prática drástica deflação e conduzindo a Nação a uma horrível crise econômica.

Continuaram, também, a garantir que a produção não crescia por falta de financiamentos apropriados e que êstes só se tornariam possíveis mediante largas emissões de papel-moeda.

Mas, para desmentir tais afirmações, as longas filas, constituídas de consumidores aflitos e em desespêro, acotovelando-se defronte dos armazéns e lojas de gêneros alimentícios, ocasionadas pela escassez de utilidades essenciais e representando pesada herança da Ditadura, foram paulatinamente desaparecendo durante o ano de 1946, no Rio de Janeiro e outras capitais, denotando, assim, maiores facilidades de abastecimento.

Também subsistiu a situação de pleno emprêgo.

O Banco do Brasil procurou estimular a produção de bens de consumo e extinguir as especulações; facilitou o financiamento da produção agrícola, principalmente a de gêneros alimentícios e evitou operações que pudessem redundar em retenção de estoques de mrcadorias.

Também financiou largamente a aquisição de meios de transporte e concedeu créditos para a importação de automóveis de carga, locomotivas e vagões, máquinas agrícolas e de construção de rodovias, navios mercantes e materiais para equipamento ferroviário e portuário.

Financiou, ainda, os trabalhos de construção das variantes da Estrada de Ferro Central do Brasil, nos ramais de São Paulo e Minas Gerais.

Na esfera federal, o exercício de 1946 encerrou-se com um *deficit* de 2.633 milhões de cruzeiros.

*

* *

Em 1947, segundo ano do atual Govêrno, foram bastante animadores os resultados de sua política econômico-financeira.

Apesar da forte pressão inflacionista reinante só se emitiram, em fins de dezembro, 100 milhões de cruzeiros, os quais mais tarde, em 1948, foram resgatados.

O estancamento das emissões e a sadia orientação da política de crédito, amparando a produção e impedindo especulações, provocaram ruidosa campanha com a finalidade de demonstrar que a execução da política econômico-financeira do Govêrno estava levando o País a uma situação de colapso econômico.

Mas falharam totalmente êsses vaticínios e, em compensação, surgiram sinais evidentes de recuperação econômica e ordem financeira do País. Com o estancamento das emissões criou-se um clima mais propício ao desenvolvimento das atividades econômicas, assegurando também melhor rendimento aos fatôres de produção.

Não se conformando com a cessação das emissões, continuaram os inflacionistas a combater, por todos os meios,

a política econômico-financeira executada pelo Banco do Brasil e sôbre êste fizeram convergir tôda a carga de suas baterias.

Reclamando sempre novas emissões de papel-moeda para o fomento largo da produção e expansão do crédito bancário, persistiram em proclamar o êrro da orientação seguida.

Chegaram mesmo a asseverar que o estancamento das emissões ocasionou a redução da produção nacional, impossibilitando, assim, a baixa do custo da vida.

Não obstante essas críticas, todos os fatôres de produção conservaram-se plenamente aplicados. Não houve mão-de-obra disponível; cresceu sempre o consumo de energia elétrica e, em certas regiões do País, a capacidade geradora das usinas atingiu quase o ponto de saturação, não obstante a instalação de novas unidades. Tôdas as fábricas mantiveram-se em pleno regime de trabalho e muitas funcionaram com melhor produtividade técnica, consequente à instalação de novas maquinarias.

Subsistiu intenso o movimento de mercadorias.

A percentagem do aumento de consumo de energia elétrica, considerando-se englobadamente São Paulo e Rio, que, em 1946, fôra de 3,6 %, em relação ao ano de 1945, subiu para 10,2 %, em 1947.

Em 1948, a elevação atingiu a 16,3 %.

Relativamente a 1945, o aumento de consumo de energia foi de 33 %.

Em 1945, o consumo alcançou 1.506.743.085 kWh; em 1948, a 2.004.943.297 kWh.

A execução orçamentária, no exercício de 1947, encerrou-se com um *superavit* de 460 milhões de cruzeiros.

*

* *

Em 1948 acentuou-se a melhoria da situação econômico-financeira. O Banco do Brasil continuou a financiar normalmente as safras dos principais produtos do País, prestando ampla assistência financeira, não só aos produtores, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, como também aos comerciantes, pelas Carteiras de Crédito Geral, dentro das prescrições regulamentares pertinentes a cada espécie de operação.

Não obstante êsse amparo às atividades econômicas da Nação, iniciaram os adversários da política econômico-financeira do Govêrno, em princípios de 1948, rumorosa campanha em tôrno de iminente crise bancária e da "escassez de numerário". À sagacidade dos observadores econômicos, entretanto, não passaram despercebidos certos aspectos dessa campanha que se desenvolveu com pertinácia em vários setores do campo econômico-financeiro do País.

Embora tôdas as críticas feitas à execução da política econômico-financeira do Govêrno tivessem sido minuciosamente respondidas, através do anterior Relatório do Banco do Brasil, persistiram, contudo, os adversários no afã de propalar as mesmas acusações. Por ser a política do Govêrno a de combate à inflação, não se têm com ela conformado os

inflacionistas e, por isso, tentam invalidá-la por todos os meios.

A vozearia feita em tôrno da "escassez de numerário" constituiu apenas mais uma etapa da luta empreendida pelos inflacionistas contra o Govêrno, para forçá-lo a emitir largamente, favorecendo assim as especulações e os lucros excessivos de uma minoria de privilegiados, com o sofrimento atroz da maioria do povo brasileiro que vive de salários e vencimentos ou rendimentos fixos.

A situação assemelhou-se muito a uma outra que se formou, em meados de 1947, provocando o clamor de certa imprensa contra a passividade do Govêrno ante a iminente debacle econômica da Nação. Também, naquela época, se clamava pelas emissões de papel-moeda para evitar o aniquilamento da economia brasileira e ergueram-se, até, vozes inflamadas no Congreso advertindo o Govêrno e pressagiando o colapso econômico do País.

Entretanto, o ano de 1947 se findou com superavit orçamentário, numa situação de pleno emprêgo e de prosperidade para a economia brasileira. A campanha de 1948 surgiu com um clamor em volta da "escassez de numerário" e apelos a emissões de papel-moeda como providência salvadora.

Procurou-se, mesmo, fazer publicidade sôbre os benefícios das emissões de papel-moeda, chegando-se até ao paradoxo de afirmar que, para o combate à inflação, mister se tornava emitir largamente, visto só assim ser possível conseguir-se o aumento da produção.

Asseguravam, ainda, os emissionistas que, mediante o aumento da produção gerada por novas emissões de papel-moeda, se conseguiria absorver o excesso dos meios de pagamento !

Em maio de 1948 atingiu ao auge o climax dessa campanha e contra o Banco do Brasil desferiram os adversários violentos ataques, proclamando sempre que de sua política de crédito provinham todos os embaraços com que se deparava a economia da Nação.

Mas, não obstante êsses ataques, o Banco do Brasil, firme e serenamente, foi executando a política econômico-financeira do Govêrno e jamais faltou com a sua assistência à economia de São Paulo ou de qualquer outro Estado brasileiro, não se descurando de amparar a produção e financiando-a sempre, de acôrdo com os dispositivos que lhe regem a concessão de créditos.

Não pôde, porém, atender a muitas pretensões de financiamentos desmesurados, incompatíveis com as possibilidades de seus recursos.

Convém ressaltar um paradoxo: ao mesmo tempo que os adversários da política econômico-financeira do Govêrno afirmavam haver diminuído a produção, também reclamavam maiores financiamentos para atender à mobilização das safras, visto serem elas abundantes.

Outro paradoxo foi a volumosa exportação de produtos agrícolas.

O caso do milho é muito expressivo: se a produção agrícola diminuiu, de onde proveio o milho que se exportou em 1946, 1947 e 1948?

Os algarismos seguintes esclarecem o assunto:

EXPORTAÇAO DE MILHO

Anos	Toneladas	Cr$ 1.000
1945	188	255
1946	123.016	153.336
1947	166.046	245.369
1948	110.961	183.032

De maio em diante foi se acentuando a melhoria da situação econômica e a abundância das safras tornou muito favorável a perspectiva futura.

Para acudir com maior amplitude às legítimas necessidades de crédito no País, concedeu o Banco do Brasil a tôdas as suas Agências um aumento de 40% em suas margens de aplicação.

Muitas Agências tinham deixado de atender operações de desconto de duplicatas, com comprovantes de entrega da mercadoria, e de títulos sôbre praças importantes, com garantia de conhecimentos de embarque de produtos essenciais, em virtude de se acharem esgotados os seus limites de operações.

Não poderia, portanto, o Banco do Brasil deixar ao desamparo a economia brasileira em tal conjuntura e, por isso, deliberou elevar êsses limites.

Principalmente em São Paulo, com o maior volume da produção, criou-se um aumento irreprimível de negócios, impossível de ser detido pelos Bancos, visto serem comercialmente irrecusáveis; tôdas as operações eram legítimas e havia, em contrapartida, a garantia de produtos acabados.

Os títulos descontados sôbre Santos tinham a garantia de conhecimentos de café na base de Cr$ 300,00 por saca.

Entretanto, o aumento de 40% nas margens de aplicações de tôdas as Agências do Banco do Brasil, não obstante haver produzido evidentes benefícios à economia brasileira, foi vivamente criticado nos meios técnicos do exterior e alguns economistas estrangeiros, em visita a nosso País, o consideraram providência de caráter inflacionista.

Árduo tem sido o esfôrço do Banco do Brasil em proveito da economia brasileira, mas, infelizmente, os seus críticos muitas vêzes se recolhem a gabinetes de estudo fechados e, afastando-se da realidade, se deleitam em arquitetar situações que só podem existir abstratamente.

Muitos estrangeiros visitam o Brasil à pressa, de avião, e daqui saem convencidos de lhe terem conhecido todos os problemas. Nem sempre êsses ilustres visitantes se abastecem de informações em fontes puras e, por isso, frequentemente assistimos à propalação no exterior de rumores tendenciosos, que geram clima de desconfiança e prevenções prejudiciais ao País.

Por ser a verdade a representação da realidade, não precisa de propaganda; impõe-se por si própria.

Assim sendo, esperamos que, com o decorrer do tempo, essa verdade se imponha espontâneamente a todos os observadores imparciais da situação econômico-financeira do Brasil.

*

* *

Em fins de dezembro visitou nosso País eminente financista estrangeiro, acompanhado de três competentes assessores técnicos, desempenhando importantes funções em uma grande Instituição monetária mundial e da qual faz parte o Brasil.

Depois de estudarem a situação brasileira, elaboraram êsses técnicos um relatório preliminar, do qual vamos destacar alguns tópicos, relativos a apreciações sôbre a execução da política econômico-financeira do Govêrno.

Durante o ano de 1948 foram veementes as reclamações contra a política de crédito do Banco do Brasil, que os reclamantes consideravam deflacionista e altamente prejudicial aos interêsses da economia brasileira.

Agora, entretanto, os peritos estrangeiros, que examinaram a situação do País, declaram que a política de crédito do Banco do Brasil tem sido excessiva e aconselham providências drásticas.

Consideram perigoso o aumento do crédito agrícola e criticam o Banco do Brasil por estar, assim, concorrendo para a inflação.

Destacamos do Relatório dos peritos estrangeiros os seguintes tópicos:

"A princípio o novo Govêrno se preocupou com os perigos da inflação e instituiu uma política de crédito e fiscal rigorosa, que teve tanto êxito quanto se poderia razoàvelmente esperar. A continuação dessa política seria, de fato, um grande acontecimento. Há várias indicações de que essa política de restrições está sendo abandonada".

"O País ainda atravessa um período de expansão (*boom*), embora haja algumas opiniões acêrca do declínio das construções. Para um observador, o montante das construções no Rio de Janeiro e São Paulo é ameaçadoramente muito maior do que em qualquer país europeu ou nos Estados Unidos. Os preços dos imóveis são fantasticamente altos".

"Embora haja muitos comentários a respeito do fim do *"boom"* de construções, é duvidoso se, de fato, os investimentos decrescerão".

"A providência capaz de restringir os investimentos é a limitação drástica do crédito".

"O Govêrno comprometeu-se a aumentar o crédito agrícola, através do Banco do Brasil. Não há dúvida que o financiamento da produção agrícola e seu escoamento é duvidoso, dispendioso e pràticamente inacessível aos pequenos produtores, mas, apesar disso, a expectativa é a de que o Banco do Brasil con-

ceda créditos de cêrca de um bilhão e meio de cruzeiros com êsse objetivo".

"Em virtude de ser isso desejável e mesmo necessário, devido ao efeito favorável sôbre a produção e distribuição, o Banco do Brasil deixa de ver a parte inflacionária dessa política".

Provém tal atitude dos dirigentes do Banco do Brasil do fato de presumirem êles não poder haver inflação se os créditos forem a prazo curto e destinados realmente à produção".

"Tentamos, inutilmente, mostrar que um crédito à agricultura liberará recursos para outros investimentos".

"Um nível de crédito bancário permanentemente cada vez mais alto para a agricultura ou outros fins, elevará a posição financeira do País e possibilitará a manutenção dos investimentos e o crescimento dos preços".

"Além disso, parte do crédito concedido pelo Banco do Brasil à agricultura repercutirá, sob a forma de depósitos, em outros bancos, aumentando-lhes, assim, tanto as reservas como a capacidade de conceder créditos e, por fim, a expansão do crédito agrícola contribuirá para nova inflação".

"A solução que propusemos não foi a de negar novos créditos à agricultura. Sugerimos que o crédito fôsse concedido em montante limitado e que o Banco do Brasil reduzisse outros créditos em mon-

tante equivalente. Tal política desviaria créditos da indústria e do comércio para a agricultura e seu efeito seria provàvelmente anti-inflacionário".

"Tememos que as restrições do ano anterior desapareçam e o crédito bancário se expanda consideràvelmente".

"Não podemos deixar de referir êste paradoxo: um Govêrno verdadeiramente desejoso de limitar a inflação e que alcançou algum êxito nessa trilha, está sendo forçado — pelo desejo de elevar o nível real dos salários e facilitar os financiamentos à agricultura — a uma política de crédito que sòmente pode acrescer a inflação".

"Cumpre-nos evidenciar ao Brasil que para se impedirem novos aumentos de preços só existe um meio, que é a redução drástica do crédito".

"Havendo acentuada escassez de crédito também se reduzirá de modo significativo grande volume de investimentos".

*
* *

É inegável a importância dos comentários e conceitos transcritos, embora, ao mesmo tempo, revelem a incompreensão do ambiente brasileiro por parte dos eminentes técnicos que subscreveram o Relatório sôbre a situação do País.

Geralmente os peritos financeiros são ortodoxos e examinam as situações com muita rigidez, esquecendo-se sempre

de computar, em suas apreciações, o fator psicológico, que é importantíssimo.

Uma coisa é estabelecer regras e planos para solucionar problemas econômicos e outra aplicá-los.

Quase sempre os planos econômico-financeiros delineados em gabinetes de estudos, onde todos os aspectos dos problemas a resolver são minuciosamente examinados, sofrem decepções quando postos em prática.

São os imponderáveis fatôres psicológicos a causa de tantos insucessos.

Quem executa uma política econômico-financeira precisa ter a atenção constantemente voltada para êsses fatôres, cuja apreensão é muito difícil.

Agir dràsticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômico-financeira precisa ter rumo definido, mas forçosamente requer a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que de modo inesperado possam ocorrer no campo das atividades econômicas.

Ao apreciarem a situação brasileira, não se dispuseram os peritos estrangeiros a pesquisar os acontecimentos desenrolados no País durante o período decorrido entre 1930 e 1945 e nem considerar as imensas dificuldades que o Govêrno atual teve de vencer desde o seu início em janeiro de 1946.

Se tivessem analisado a situação brasileira naquele período veriam que, de 1930 a 1945, nenhum exercício orçamen-

tário se encerrou sem *deficit* e que, depois de 1946, com saldos se têm encerrado os exercícios financeiros.

Bastaria êsse fato para evidenciar o esfôrço do Govêrno em promover a restauração financeira do País.

Aos signatários do Relatório sôbre a situação brasileira também não interessou qualquer pesquisa acêrca das emissões de papel-moeda naquele mesmo período de 1930 a 1945, e no de 1946 a 1948, de responsabilidade do atual Govêrno.

Se indagações a êsse respeito tivessem sido feitas, aos peritos estrangeiros não teria passado despercebido o estancamento das emissões de papel-moeda depois de 1946, fruto exclusivo da política econômico-financeira do Govêrno atual.

Constituiu, ainda, grande lacuna o fato de não terem os técnicos considerado, em suas apreciações sôbre a situação brasileira, a influência dos fatôres políticos, decorrentes da passagem de uma época de longa ditadura para um regime constitucional.

Mas o Relatório dos peritos estrangeiros teve o grande mérito de realçar a injustiça da campanha empreendida contra o Banco do Brasil pelos adversários da política econômico-financeira do Govêrno.

Êsses adversários acusam o Banco do Brasil de estar restringindo o crédito; os técnicos estrangeiros censuram-no por ampliá-lo.

Reclamam os adversários crédito agrícola e afirmam que o Banco do Brasil o reduz; acentuam, entretanto, os peritos estrangeiros que o crédito agrícola é perigoso, declaram que

o Banco do Brasil o está expandindo e encarecem a necessidade de uma drástica redução.

Mas, apesar dessa divergência de julgamento, prosseguirá o Banco do Brasil, sereno e confiante, na sua alta missão de sempre servir a economia da Nação com o constante objetivo de lhe assegurar um contínuo progresso.

*

* *

Em novembro e dezembro de 1948, para atender a operações da Carteira de Redescontos, o Banco do Brasil requisitou, do Ministério da Fazenda, a importância de 1.350 milhões de cruzeiros.

De 22 a 30 de novembro foram requisitados 250 milhões e, em dezembro, de 6 a 24, 1.100 milhões de cruzeiros.

Para atender a essas requisições, a Caixa de Amortização emitiu papel-moeda em valor correspondente.

As emissões assim realizadas, através da Carteira de Redescontos, possuem o lastro de efeitos comerciais a prazo curto e conferiram uma maior elasticidade à circulação monetária, reclamada pela mobilização da volumosa produção já acabada e em condições de ser consumida.

Muitos comentários se fizeram em tôrno dessas emissões, mas não significaram elas qualquer mutação da política antiinflacionista do Govêrno.

Estando a Carteira de Redescontos em pleno funcionamento legal, não se poderia eximir da obrigação de atender

aos bancos que lhe solicitassem redescontos, mediante a garantia de efeitos comerciais com as condições exigidas pela lei.

Os adversários da política econômico-financeira do Govêrno acoimaram de ilegais as emissões requisitadas para as operações da Carteira de Redescontos, assoalhando, ainda, que, além de clandestinas, tinham por objetivo fornecer ao Tesouro exausto novos recursos para as suas despesas.

Paradoxalmente, os inflacionistas, que vivem sempre sonhando com emissões de papel-moeda capazes de lhes propiciar novo clima de especulações, passaram a verberar a pretensa mudança de orientação da política monetária e a afligir-se com o desaparecimento dos auspiciosos resultados com tamanho esfôrço já obtidos.

Houve mesmo quem anunciasse a inundação do País por uma torrente de emissões de papel-moeda.

Mas tôdas essas afirmações constituíram apenas meras fantasias.

As emissões foram legais e obedeceram aos dispositivos da Lei n.º 449, de 14 de junho de 1937, decretada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República.

Não se destinaram essas emissões a empréstimos ao Tesouro Nacional, cujas contas no Banco do Brasil apresentavam saldos credores avultados.

Nenhuma letra ou promissória emitiu o Tesouro Nacional que, descontada pelo Banco do Brasil, fôsse por êste depois levada à Carteira de Redescontos.

Três motivos ocasionaram as emissões de novembro a dezembro de 1948:

a) — as necessidades relativas ao escoamento de volumosa produção — já feita;

b) — as necessidades estacionais de fim de ano;

c) — as necessidades resultantes do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da União, cujo pagamento, relativo aos meses de agosto, setembro e outubro teve de ser feito conjuntamente com o de novembro.

O transporte financeiro das safras, que foram abundantes, exigiu maior volume de numerário e todos os bancos foram forçados a operar largamente para não deixar de atender necessidades legítimas da produção.

Para fazer face ao aumento de vencimentos não precisou o Tesouro Nacional recorrer a qualquer empréstimo, visto possuir saldos credores no Banco do Brasil, mas a êste coube mobilizar recursos, através da Carteira de Redescontos, para fortalecer sua caixa e assim honrar os cheques emitidos pelo Tesouro Nacional.

Foi, pois, a pressão exercida de chôfre pela ação conjugada dessas três causas que provocou as emissões de novembro e dezembro de 1948.

Essas emissões não podem ser interpretadas como alteração do rumo da política econômico-financeira vigente.

Nem sempre uma maior elasticidade da circulação monetária produz a inflação.

Desde que o maior volume do papel-moeda emitido esteja lastreado por efeitos comerciais a prazo curto e representativos de produção efetiva, isto é, já acabada e em condições de ser consumida não haverá inflação; esta só existirá se o papel-moeda emitido não possuir a contra-partida da produção.

É por isso que uma emissão de papel-moeda feita para estimular a produção ocasiona inflação; a prensa litográfica funciona instantâneamente mas a produção demanda tempo. É essa decalagem que produz a inflação.

Sem elasticidade de circulação monetária não poderá haver ritmo regular de produção e será sempre defeituoso qualquer sistema de crédito.

Em nosso País, as dificuldades para a produção sempre provieram da ausência de um mecanismo regulador da circulação monetária ou da imperfeição com que funcionou a Carteira de Redescontos, cuja finalidade foi deturpada, ocasionando abusos prejudiciais à nossa economia.

Agora, entretanto, com a existência da Superintendência da Moeda e do Crédito, que possui atribuições de Banco Central e lhe está preparando o caminho para a fundação, muitos benefícios poderá colher a economia do País, desde que se impeçam os inconvenientes que a distorção de funcionamento da Carteira de Redescontos ocasionou no passado.

Das emissões de papel-moeda procedidas em novembro e dezembro de 1948, no valor de 1.350 milhões de cruzeiros, já

foram resgatados 470 milhões de cruzeiros, representando uma percentagem de 34,8 %.

À Caixa de Amortização foram devolvidos pela Carteira de Redescontos, para a competente incineração, as seguintes quantias:

DATAS	CR$ 1.000.000
Em 28-1-1949	75
» 29-1-1949	25
» 31-1-1949	50
» 24-2-1949	75
» 25-2-1949	45
» 28-3-1949	75
» 29-3-1949	75
» 30-3-1949	50
TOTAL	470

A qualidade principal de um instrumento de circulação é a sua elasticidade, isto é, a faculdade de aumentar ante as necessidades da atividade econômica e, em seguida, diminuir quando a pressão se atenua, impedindo, assim, tanto um excesso de moeda em circulação quanto uma acentuada escassez em face das operações efetuadas.

Nas épocas de safras deve haver expansão de circulação monetária para corresponder à intensa procura de moeda indispensável ao escoamento das mesmas.

Se houver inflexível rigidez de circulação nessas épocas ocorrerão grandes dificuldades consequentes à escassez do numerário indispensável ao movimento das transações.

Em seguida, após o escoamento das safras e a liquidação das transações, sobrevirá superabundância de moeda, preci-

samente em ocasião de pouca procura para aplicações legítimas.

Essa abundância de moeda só aproveitará aos especuladores.

Por isso, tanto a inelasticidade da circulação como a do crédito constituem um incentivo à instabilidade dos mercados monetário e financeiro.

O escoamento das safras provoca uma multidão de transações que se manifestam em efeitos comerciais, que, descontados pelos bancos, vão depois ser redescontados nos institutos de redescontos.

Pagos êsses efeitos nos vencimentos, deverá o papel-moeda ser recolhido, desde que não seja solicitado para novos redescontos.

Destarte não haverá qualquer tensão excessiva do mercado no período de atividade e nem superabundância de moeda durante o período de calma.

Para que um sistema central de redescontos possa funcionar livremente e fornecer aos bancos o apoio necessário, tornando líquidos, a qualquer momento, os valores sãos de suas carteiras e transformando-os em moeda, é indispensável que possua o privilégio de emissão com a flexibilidade necessária para se adaptar às exigências temporárias do movimento dos negócios.

As emissões dos Bancos de Reserva dos Estados Unidos são lastreadas por efeitos comerciais de primeira ordem e estão organizadas para assegurar a elasticidade da circulação nos dois sentidos, tanto de expansão como de contração.

Há uma diferença entre efeito comercial "seguro" e "certo".

Não basta que um banco tenha a certeza de reembolso de um empréstimo concedido com a garantia de tôda a fortuna de um cliente; é preciso que o papel descontado se liquide por si mesmo, isto é, traga no vencimento um pagamento em espécie. Se isso não ocorrer, o banco deixará de ser comercial para se transformar em instituto de investimentos.

O papel-moeda emitido pelo Instituto de Redescontos deve ter o lastro de efeitos comerciais, isto é, títulos que representem transações comerciais.

Mas o papel-moeda assim emitido, após haver preenchido a sua finalidade, deverá ser recolhido para não obstruir e inflar a circulação.

Resgatado o efeito comercial no dia do vencimento, o papel-moeda recebido deverá voltar ao Instituto que o emitiu.

Só se emitirá o papel-moeda em resposta a transações comerciais e, terminadas estas, deverá voltar ao Instituto de Redescontos; assim sendo, os movimentos da circulação devem se adaptar aos dos negócios.

Uma das principais finalidades do Federal Reserve Act, de 23 de dezembro de 1913, foi a de dotar os EE. UU. com uma circulação monetária elástica, isto é, capaz de aumentar desde que crescesse a demanda do crédito.

A inelasticidade da circulação monetária americana era o seu principal defeito, pois o suprimento de moeda era limitado por fatôres que não tinham relação com as necessidades monetárias do público, não possuindo os bancos a capacidade

de expandir a circulação quando essas necessidades se apresentavam em determinadas épocas. Existem pronunciados movimentos estacionais de demanda de moeda.

Antes do Natal, quando o volume de compras no varejo se expande, largas somas de moeda adicional são necessárias para os pagamentos à vista.

Os sistemas monetários modernos são elásticos. O volume da moeda não é constituído por uma soma imutável, mas varia para mais ou para menos conforme as alterações da demanda do público.

Assim, sai dos bancos o numerário quando a procura do público aumenta e a êles retorna quando essa regride.

Consiste precisamente nesse movimento a essência de uma circulação monetária èlástica.

Mas o volume da circulação monetária não é determinado pelos bancos ou pelo Tesouro e sim pelo público. Deve a moeda ajustar-se às necessidades econômicas.

Quando o volume aumenta em decorrência das necessidades da produção e distribuição de mercadorias, isso constitui um benefício; mas, quando a demanda de moeda resulta de atividades especulativas e anti-econômicas, devem as autoridades monetárias promover a redução do volume da circulação.

*

* *

A complexidade dos fatos monetários e das leis que os regem provém do entressachamento de diversos fatôres, até certo ponto contrários.

Por isso devemos evitar tanto o dogmatismo como o empirismo.

Uma interpretação muito dogmática, como a dos metalistas e quantitativistas, deixando escapar grande parte da verdade, não reconhece quanta flexibilidade e relatividade os fenômenos monetários permitem.

Uma concepção monetária, meramente empírica, conduz os seus adeptos a julgarem que, a êsse respeito, tudo seja possível, inclusive permitir às fantasias e caprichos dos legisladores um campo de eficiência que efetivamente não possuem, pois que as leis da psicologia humana e o jôgo dos mecanismos econômicos lhes criam insuperáveis obstáculos.

Os fenômenos monetários estão sujeitos tanto à matemática como à psicologia.

Por intervir a moeda na troca, que pode sempre ser apresentada sob a forma de equação, e, também, por agir a quantidade da moeda sôbre o seu valor, têm os fenômenos monetários sido traduzidos por fórmulas.

Entretanto, tais fórmulas, podendo ser úteis como esquemas aproximativos, nunca encerram o real em sua integração, porque os fenômenos psicológicos, individuais ou coletivos, intervêm ao lado dos elementos numéricos.

Mas não exprime isso que a moeda não possa ser objeto de ciência e não esteja sujeita a leis rigorosas.

Psicológico não significa indeterminado e os fatos humanos e sociais, a despeito de seu caráter psicológico, estão sujeitos a regularidades tão inevitáveis como as do mundo físico.

Mas as ações e reações que provocam nem sempre conseguem ser rigorosamente equacionadas. A intervenção de um elemento subjetivo pode ocasionar apreciações que não representem o simples resultado objetivo dos dados materiais e numéricos que lhes constituiu aparentemente o ponto de partida.

É essa a razão pela qual as alterações do valor de uma moeda, muitas vêzes, se acentuam mais do que poderiam justificar os elementos econômicos e financeiros do balanço de uma Nação.

Os fenômenos monetários são altamente institucionais, pois geralmente o Estado intervém na fixação da unidade de conta, na adoção do sistema monetário, na cunhagem das moedas e emissão de papel-moeda.

Muitos autores têm escrito sôbre sistemas monetários com idéias preconcebidas, estabelecendo um corpo doutrinário, em que incluem os fatos e as teorias favoráveis à tese sustentada. A história das moedas revela a adaptação periódica de seus valores à situação econômica. Mas as alterações monetárias, adaptando-se à evolução econômica, jamais deverão ser provocadas pela situação financeira do Estado.

Em matéria monetária devemo-nos subtrair ao classicismo e à ortodoxia.

O classicismo anterior à primeira guerra mundial assentava sôbre a dupla idéia de moeda-ouro imutável e moeda-ouro circulante em mãos do público; o atual está ligado à idéia de moeda estável, mas não imutável, e de reservas concentradas em um banco central.

Os fatos contemporâneos provocaram no mundo uma inflação incontrolável, obrigando todos os Estados a manipularem suas moedas.

Os aspectos do problema monetário são múltiplos e complexos, mas uma moeda estável é garantia de manutenção de uma economia estável.

Com a segunda guerra mundial tornou-se muito confuso o pensamento econômico, consequente à reinante inquietação de tôdas as camadas sociais das nações.

Mas o problema da moeda, constituindo a principal preocupação dos povos, adquiriu excepcional importância nestes últimos anos e deve ser considerado com realismo.

Constitui a moeda, ao mesmo tempo, um intermediário de trocas, uma medida de valores, um poder de compra e um poder liberatório.

A moeda já foi uma mercadoria, mas para isso precisa ser material. Uma moeda de ouro ou um certificado de ouro preenchem a condição material, mas são mercadoria de gênero especial, incapaz de corresponder diretamente a qualquer satisfação humana. Como ilustração podemos referir o caso do avarento que morreu de fome ao lado do seu tesouro de ouro.

Nos últimos anos tem se acrescido o número das moedas que vêm perdendo a qualidade de valor material, transformando-se em moedas imateriais, simples bônus de compra ou moedas signos.

À rarefação dos meios de pagamento tem se imputado a baixa de preços, o que equivale dizer que a causa da baixa de preços é de natureza exclusivamente monetária.

Mas não está absolutamente provado que só a quantidade da moeda possa agir sôbre o valor das mercadorias.

Uma boa política monetária deve impor à moeda a obrigação de servir às atividades econômicas da Nação e impedir que estas sofram o domínio daquela.

*

* *

Moderou-se, em 1948, a mentalidade de idolatria do crédito a que nos temos referido nos relatórios anteriores, mas, apesar disso, muitos idólatras persistiram em lhe exaltar os grandes milagres.

Outros, entretanto, desalentados pelos insucessos, passaram a chamar a atenção dos desprevenidos para as ilusões do crédito.

Os inflacionistas mantiveram-se permanentemente em campo reclamando sempre contra a restrição de crédito do Banco do Brasil.

Mas o Banco do Brasil não praticou a política de deflação do crédito; canalisou-o para os setores de produção de bens de consumo e impediu as operações de especulação.

O total dos meios de pagamento que, em janeiro de 1948, era de 50.659 milhões de cruzeiros, ascendeu, em dezembro, a 53.920 milhões de cruzeiros. A moeda escritural passou, nas

mesmas datas, de 30.267 milhões a 32.224 milhões de cruzeiros.

Os seguintes números demonstram não ter havido deflação de crédito nem monetária.

Cr$ 1.000.000

Anos	Meio Circulante	Moeda Escritural	Meios de Pagamento (Total)
1945	17.535	23.955	41.490
1946	20.494	26.163	46.657
1947	20.399	29.739	50.138
1948	21.696	32.224	53.920

Uma política anti-inflacionista não deve impedir a realização de empreendimentos necessários à preservação e desenvolvimento das oportunidades de emprêgo e produtividade futuras.

Procurou o Banco do Brasil, com a sua política de crédito, sanear o ambiente econômico sem concorrer, entretanto, para qualquer declínio.

Censuram-se, frequentemente, os bancos por não concederem com liberalidade ao comércio, às indústrias e à agricultura o crédito de que necessitam. Mas os bancos são apenas distribuidores de disponibilidades monetárias espontâneamente formadas pelas fôrças econômicas da coletividade e que lhes foram confiadas. Quando os depósitos aumentam, a função essencial dos bancos consiste em canalizar o crédito para aplicações produtivas e que representem a criação de

novas riquezas, concorrendo assim para o desenvolvimento racional e harmonioso dos mercados interno e externo.

Em realidade essa função é criadora. Mas a distribuição do crédito só pode ser feita, mediante garantias suficientes, reais ou pessoais, aos que se disponham a expandir seus meios de produção ou a criar empreendimentos novos, valorizando riquezas ainda inexploradas.

Não são os bancos os iniciadores do progresso econômico e sim os colaboradores dos pioneiros da criação industrial ou comercial.

Por motivo de segurança e probidade precisam os bancos ser prudentes na concessão de créditos, pois, devendo a seus depositantes, cumpre-lhes manter, em seus ativos, como contrapartida de seus débitos, sòmente valores certos.

O crédito dispensado pelos bancos não é gerador de inflação quando se destina à produção e acresce a massa de bens paralelamente ao poder de compra.

No caso da criação de uma nova emprêsa de produção, durante todo o tempo de sua instalação, é ela exclusivamente consumidora.

Consome matérias primas, maquinaria e mão de obra; distribui salários. Se foi bem projetada passará a produzir mais tarde, mas no presente absorve mercadorias; não as cria.

Se os bancos aplicarem seu poder de crédito em financiar a instalação de emprêsas, disso resultará, sem a menor dúvida, um consumo crescente sem que a produção tenha aumentado; haverá uma alta de preços, isto é, precisamente uma inflação.

Os fenômenos produzidos serão fundamentalmente iguais aos de uma expansão da circulação monetária mediante a emissão de papel-moeda, com o fim de facilitar a construção de fábricas ou a estocagem de mercadorias.

Há inflação tôdas as vezes que se favorecer o consumo em detrimento da produção.

Para afastar o perigo da inflação é indispensável que a concessão do crédito seja seguida, senão imediatamente, ao menos em prazo curto, do aparecimento da mercadoria no mercado.

Estando o crédito ligado a uma mercadoria desde a origem e acompanhando-a até o consumidor, depois de reembolsado retorna à mesma função junto a um novo produto.

É essencial que, durante todo o tempo da criação e distribuição da mercadoria, o crédito lhe fique estreitamente ligado.

Sòmente, assim, o crédito bancário não será gerador de inflação.

Em um meio econômico sadio, a criação de meios de produção não pode provir do crédito bancário e sim da economia, fonte do crédito a longo prazo.

Aos bancos cabe fornecer os fundos de movimento e à economia os capitais de fundação.

A criação da economia e a do crédito constituem dois fenômenos inteiramente distintos e independentes.

A economia voluntária é o fruto de uma virtude individual e a expressão de uma determinada concepção da vida.

O crédito é o produto do uso do cheque.

A tarefa dos bancos, simples na aparência, tornou-se imensa e complexa, em virtude das relações entre economia e crédito na obra da criação econômica.

Poderá ocorrer uma situação em que os depósitos bancários, as possibilidades de crédito e o poder de compra pôsto à disposição da coletividade progridam mais ràpidamente que a formação dos capitais de economia, isto é, a criação de novos meios de produção.

Antes do instrumento do crédito bancário, qualquer emprêsa que se fundasse deveria possuir tanto o capital fixo como o circulante.

Após o aparecimento do crédito a economia ficou dispensada do encargo dos capitais circulantes e que não poderia desempenhar com a flexibilidade e elasticidade necessárias.

A princípio foi modesta a função do crédito, mas depois cobriu todo o campo da criação e distribuição de mercadorias e eliminou dessa tarefa a economia.

Colocando à disposição do campo econômico massa importante de capitais circulantes, liberou o crédito bancário massa equivalente de capitais imobilizados.

Em resumo, a função do crédito bancário tem sido a de efetuar a substituição da economia.

Mas a insuficiência relativa de capitais de economia em relação ao volume de crédito bancário, consideràvelmente acrescido, pode determinar desajustamentos econômico-financeiros da mais alta gravidade.

A excessiva expansão do crédito bancário gera a alta de preços de todos os produtos, isto é, a inflação, que significa, cedo ou tarde, reação e crise.

Antigamente, a economia sòzinha desempenhava a tarefa de realizar a criação econômica. O crédito, a princípio, substituiu a economia em suas posições de primeira linha; hoje caminha na vanguarda.

A economia, que outrora o precedia, limita-se a segui-lo, substituindo-o nas posições conquistadas. Inverteram-se os papeis, mas uma solidariedade maior continua a unir os dois protagonistas do drama econômico.

Ajustar a economia ao crédito constitui problema angustiante, pois de seus desajustamentos podem surgir graves desequilíbrios econômicos.

Cabe aos Bancos Centrais o encargo do contrôle e disciplina do crédito.

*
* *

Não havendo ainda no Brasil um Banco Central, é o contrôle do crédito exercido pela Superintendência da Moeda e do Crédito, mas o Banco do Brasil, através de suas Carteiras, desempenha papel importante como executor da política de crédito.

Durante o ano de 1948 foram constantes os apelos a financiamentos mediante emissões de papel-moeda, mas o Banco do Brasil conseguiu satisfazer as solicitações legítimas da economia sem entretanto promover a expansão do crédito.

Pretendem os inflacionistas realizar o desenvolvimento econômico do País por meio de emissões de papel-moeda e expansão do crédito bancário.

Embora freqüentemente aludam aos êxitos alcançados em certos países pelos financiamentos efetuados, mediante larga expansão de crédito bancário, todavia nada referem acêrca do seu mecanismo.

Nesses países, entretanto, a principal preocupação dos executores da política de grandes investimentos consiste em provocar a formação de capitais por meio de economias compulsórias.

O aspecto mais significativo das sociedades econômicas da época atual é o de um progresso contínuo da produção graças ao desenvolvimento dos capitais.

Mas êsse progresso gigantesco só se tornou possível mediante a economia e a formação de capitais. A poupança é a animadora da economia. Não pode haver progresso em um país sem um desconto sôbre a produção, sem a constituição de reservas que permitam criar máquinas, casas, vias férreas, usinas etc.

Nos países de regime coletivista, onde só há salariados, êsse desconto constitui uma diminuição de salário.

Êsses países retiram de quatro fontes os fundos necessários ao seu desenvolvimento econômico: lucros industriais, lucros comerciais, impostos sôbre o volume de negócios e empréstimos. Pouco pedem à inflação monetária. Nos países coletivistas, onde os preços são autoritàriamente fixados, as altas são provocadas pelo Govêrno para estimular os lucros.

O lucro é dividido em duas partes: uma desempenha o papel de fundos de reserva e expansão das emprêsas, outra constitui receita orçamentária do Estado.

O Tesouro canaliza êsses fundos de reserva para a indústria, o comércio ou agricultura, quando não são utilizados em empreendimentos públicos e armamentos.

A agricultura também contribui para a constituição dessas poderosas reservas, isto é, dessa economia coletiva. Os agricultores cedem ao Estado parte importante de suas colheitas. Compra o Estado barato ao agricultor e revende caro aos consumidores nas cidades, realizando assim grandes lucros.

Os consumidores fazem as despesas da formação de capitais, nos países coletivistas, mas por métodos diferentes dos usados nos países liberais.

Nos países de regimes totalitários, embora não coletivistas, também se promove a formação de capitais mediante as economias compulsórias.

Precisamente nesses países foi que se desenvolveram os vastos financiamentos mediante larga expansão de crédito, a que se referem com tanto entusiasmo os nossos inflacionistas.

Convém, pois, aludir às características dêsses financiamentos.

O Estado força a formação de capitais, fazendo incidir impostos sôbre os salários, ordenados e vencimentos; além disso congela-lhes os níveis, reduzindo-lhes, assim, o poder de compra. Também os força a subscrever empréstimos. São taxados os dividendos superiores a 6% e congelados os lucros

superiores a êsse rendimento. Incide sôbre os lucros das sociedades anônimas um imposto que absorve 30% dos lucros brutos. Além disso os lucros das emprêsas são obrigatòriamente empregados em subscrição de empréstimos de consolidação. O Estado controla os depósitos bancários e os titulares das contas correntes são obrigados a subscrever empréstimos desde que os saldos excedam um limite fixado em nível baixo. A formação de capitais é a lei dêsses regimes totalitários e é necessária para reabsorver os créditos de antecipação criados pelos financiamentos.

Num dos países em que êsse sistema de financiamento foi realizado com êxito, entre 1933 e 1938, ocorreram condições muito favoráveis: havia um alto volume de desemprêgo e a utilização da capacidade do equipamento industrial correspondia apenas à percentagem de 40 %.

Não houve inflação monetária e o sistema bancário funcionou dirigido por um órgão Central, com poderes discricionários.

Os preços foram estabilizados e houve monopólio estatal do comércio exterior.

A expansão de crédito pôde ser efetuada sem a correspondente ampliação da circulação monetária.

A moeda não foi utilizada como instrumento de financiamento; ao contrário, como a circulação ficou abaixo dos índices da atividade econômica, ocorreu uma maior rotação da moeda.

Criou-se tècnicamente um clima econômico desfavorável à inflação, mediante estas providências: compressão rigorosa

dos rendimentos de consumo pela estabilização das tabelas de salários, rigor fiscal que absorveu anualmente soma avultada de rendimentos do trabalho normalmente destinados ao consumo; consolidação de créditos flutuantes por meio de empréstimos e taxações maciças sôbre os lucros, impostos sôbre lucros de sociedades anônimas, lucros individuais, dividendos e lucros excessivos.

Aos nossos inflacionistas certamente não agradariam os financiamentos feitos em tais condições.

*

* *

Sérios desajustamentos econômicos causou a política de financiamentos, mediante recursos inflacionistas, que foi adotada no País no período decorrente entre 1930 e 1945.

Inútil tem sido o esfôrço da demagogia financeira em ofuscar os males que as emissões de papel-moeda inflingiram à massa de trabalhadores, cujo padrão de vida se reduziu em conseqüência da alta dos preços.

Foi tremendo o legado de dificuldades que tocou ao atual Govêrno, em 1946. Constitui condição essencial para o desenvolvimento econômico de um País a ordem financeira resultante do equilíbrio de seus orçamentos.

Dos contínuos *deficits* orçamentários sempre costumam promanar desordens sociais que conduzem fatalmente as Nações à escravidão.

Geralmente acarreta a alta de preços, gerada pelos desequilíbrios orçamentários e também pela inflação monetária,

crueis sofrimentos e imensas injustiças às classes que vivem de salários, ordenados e vencimentos fixos.

Ao mesmo tempo, essa alta de preços, permitindo lucros exagerados a uma minoria, acentua as desegualdades e injustiças sociais.

Assim, tôda política financeira capaz de assegurar o equilíbrio orçamentário, portanto a ordem financeira, estabelecerá condições de dignidade e confôrto à vida dos trabalhadores, mas a que persistir no regime de constantes *deficits* conduzirá os trabalhadores à degradação e escravidão.

Em 15 anos que decorreram entre 1930 e 1945 foram constantes os *deficits* orçamentários.

São muito expressivos os algarismos do seguinte quadro:

RECEITAS E DESPESAS
Cr$ 1.000.000

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	DEFICITS
1930	1.677	2.510	833
1931	1.752	2.046	294
1932	1.750	2.859	1.109
1933	2.078	2.391	313
1934	2.519	3.050	531
1935	2.722	2.872	150
1936	3.127	3.226	99
1937	3.462	4.143	681
1938	3.879	4.735	856
1939	3.795	4.335	540
1940	4.036	4.629	593
1941	4.045	4.839	794
1942	4.377	5.748	1.371
1943	5.443	5.944	501
1944	7.366	7.451	85
1945	8.852	9.850	998

Foram nocivos à economia da Nação os efeitos dessa cadência de *deficits* orçamentários anuais durante tão longo período.

Acentuaram-se os desequilíbrios entre vários setores da economia, provocando o aumento contínuo dos preços.

Agravou-se o desajustamento entre as atividades agrícolas e industriais, incentivando a transferência de trabalhadores rurais para as cidades.

Cresceram as dificuldades de financiamento das estradas de ferro em virtude do desajustamento dos preços e custos e por isso se reduziu a capacidade dos transportes.

Desenvolveu-se uma mentalidade de altos lucros inflacionistas que desviou economias coletivas para especulações imobiliárias nas cidades.

Mas essas economias financiaram geralmente a construção de suntuosos edifícios comerciais e de apartamentos destinados a uma minoria de abastados ou ricos.

Com a alta contínua do custo da vida, entretanto, reduziu-se o poder de compra da maioria constituída de trabalhadores e de todos os que vivem de salários e vencimentos fixos.

Foi a "economia forçada" proveniente da redução de consumo dessa maioria, cujo padrão de vida baixou em consequência da depreciação da moeda, causada pelos contínuos *deficits* orçamentários e consecutivas emissões de papel-moeda, que possibilitou o surto dos lucros excessivos de uma minoria.

Cabe a responsabilidade dessa injustiça social à desordem financeira gerada pela constância dos *deficits* orçamentários, que, por sua vez, provocaram sucessivas emissões de papel-moeda.

*

* *

Foi êsse o tremendo problema que teve de solucionar a política econômico-financeira do Govêrno que se iniciou em 31 de janeiro de 1946.

Só enunciá-lo já é evidenciar as imensas dificuldades da solução.

Concentraram-se no exercício de 1946 tôdas as conseqüências do regime deficitário dos orçamentos anteriores.

Teve o orçamento de 1946 de arcar com o pêso dos encargos oriundos do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da Nação.

Foi áspero o trabalho de reajustamento dos desequilíbrios sociais, econômicos e financeiros, mas com paciência, dedicação e perseverança os esforços foram sendo paulatinamente compensados e os benefícios da nova política começaram a aparecer.

Para comprovar os resultados dessa política, em vez de longas explanações, mais expressivos são os algarismos do seguinte quadro:

RECEITAS E DESPESAS

Cr$ 1.000.000

Anos	Receitas	Despesas	Resultados
1946	11.570	14.203	— 2.633
1947	13.853	13.393	+ 460
1948	15.699	15.696	+ 3

Encerrou-se o exercício de 1946 com um *deficit* de 2.633 milhões de cruzeiros, fruto ainda da desordem financeira provocada pelos desequilíbrios orçamentários do período 1930 a 1945.

Mas, no exercício de 1947, da execução orçamentária resultou um *superavit* de 460 milhões de cruzeiros.

No exercício de 1948 o *superavit* foi de 3 milhões de cruzeiros, não obstante ter ocorrido um acréscimo de despesa de 831 milhões de cruzeiros, resultante do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da União.

Restaurou, assim, a política econômico-financeira do Govêrno, pelo equilíbrio orçamentário, a ordem financeira tão necessária ao desenvolvimento econômico da Nação.

Assegurada a estabilidade financeira, poderão ser defendidos e realmente amparados, sem estéreis demagogias, os altos interêsses da maioria, constituída pela classe de trabalhadores que vivem de salários, vencimentos ou rendimentos fixos.

Sem ordem financeira jamais será possível corrigir as injustiças sociais e assegurar melhor padrão de vida às classes trabalhadoras.

*

* *

Representa o desejo de lucro o princípio fundamental da economia .

É êsse desejo de ganho que leva o homem a produzir quantidades sempre maiores de mercadorias e a procurar convertê-las em moeda antes de as trocar por outros bens.

O aparente antagonismo entre o capital e o trabalho resulta sòmente do fato de ambos, em concorrência, visarem a mesma prêsa: o lucro.

Procura o trabalho sempre acrescer o seu rendimento. Por isso o operário e o empregado reclamam aumento de salários. Por sua vez, o industrial, o comerciante, o banqueiro, o advogado e o médico decidem também aumentar o preço de seus serviços.

São visíveis os salários daqueles mas invisíveis os dêstes.

Os impostos representam o salário do Estado.

Independente das necessidades imediatas, é constante o esfôrço dos que trabalham em conseguir o aumento de seus lucros .

Existe mesmo uma tendência humana a considerar sempre insuficientes os salários auferidos.

Sôbre o assunto existem estatísticas muito interessantes.

Na Grã-Bretanha o índice de salários subiu, de 1800 a 1850, de 54 a 57 e dobrou até 1910. Em 1913 chegou a 140 e, em 1930, a 197.

Explicam essa elevação a "pressão salarial", o crescimento das necessidades dos salariados e, também, desde o fim do século passado, a alta do custo da vida.

Em França, a média dos salários passou de 100, em 1810, a 380, em 1934.

Há a considerar que êsses salários foram calculados por dia de trabalho, correspondendo, entretanto, a número decrescente de horas: 12, em 1850; 11, em 1870; 10, em 1900 e 8, em 1919.

Verifica-se, assim, que os salários apresentam uma tendência à alta em todos os países, sejam quais forem as situações econômicas ou as organizações sociais.

Constitui a "pressão salarial" uma fôrça cuja ação é contínua, tanto no meio dos empregados quanto dos empregadores.

Quando a "pressão salarial" se manifesta violenta ou prossegue sem reações durante longo período, provoca altas irresistíveis do custo da vida.

Mas têm os salários uma perpétua tendência à alta e isso representa uma realidade histórica e constitui uma necessidade econômica.

Nos países totalitários ou coletivistas, são os princípios inspiradores da política de salários inteiramente diversos dos adotados nos países liberais.

Naqueles, as considerações econômicas e políticas superam as sociais: não se procura atingir o bem-estar dos trabalhadores, mas sim a grandeza e prosperidade do país.

Nos regimes totalitários o preço dos salários é fenômeno decisivo, seja para regular o consumo ou estabelecer os custos da produção e preços, seja para estabilizar a moeda, evitando-se o *deficit* orçamentário e o do balanço comercial.

Nos países totalitários ou coletivistas, o salário é dirigido, isto é, fixado pelo Govêrno.

Visa essa política a consecução da estabilidade dos preços, pois que evita esta as discussões entre empregados e empregadores.

Com os salários e preços estáveis desaparecem as controvérsias: essa é a tese dos coletivistas.

Foi à custa de salários baixos que os países coletivistas ou totalitários conseguiram construir novas indústrias, principalmente as de armamentos.

Nesses países os sindicatos foram extintos e desapareceu o direito de greve.

Consiste a ideologia dêsses regimes no seguinte: igualdade do trabalho manual e intelectual, obrigação de trabalho, grandeza do trabalho, sacrifício à coletividade e ao país.

O operário, porém, não é livre e não é bem pago.

*
* *

A qualquer elevação de salários deve acompanhar maior rendimento do trabalho.

É econômico o salário alto: provém da maior produtividade do trabalho e representa condição de equilíbrio econômico.

Para que se possa repartir bastante, mister se torna, primeiro, muito produzir.

Quando os aumentos de salários não são acompanhados de um acréscimo da produção, em vez de propiciar aos que os recebem a satisfação de necessidades, acentuam a carestia geral.

Mas o problema dos salários depende fundamentalmente da política monetária.

Em nosso País, devemos todos conjugar esforços para afastar o perigo do ciclo infernal da corrida entre preços e salários.

A alta de preços suscita um aumento de salários, mas a elevação dos salários, por sua vez, arrasta uma alta de preços, que lhe neutraliza os efeitos. Surgem, então, novas reivindicações visando novo reajustamento de salários... e o ciclo prossegue indefinidamente, acarretando sempre novas altas de preços, isto é, uma depreciação contínua da moeda.

Constitui o salário um elemento importante do preço de custo.

De fato, todos os preços de matérias primas, maquinaria e transportes que entram na composição dos preços de custo de cada emprêsa ficam majorados pelo aumento de salários de outras emprêsas.

Mas os empregadores também geralmente se aproveitam dêsse pretexto para aumentar desmedidamente os seus lucros.

Por isso cada aumento de salário conduz a uma alta proporcional dos preços.

Mas essa alta não constitui inelutável conséquência da elevação dos salários.

Para romper o ciclo infernal, indispensável se torna conhecer quem iniciou a corrida.

Se os lucros tiverem aumentado primeiro, impõe-se, para o restabelecimento do equilíbrio, que o aumento dos salários não possa dar motivo a uma nova majoração dos lucros das emprêsas.

Não representa a defesa de nossa moeda apenas um problema monetário e financeiro.

Depende essa defesa também de uma política econômica e social.

Consiste, porém, o problema essencial em romper o ciclo infernal da corrida entre preços e salários.

*

* *

Têm aparecido com frequência insinuações tendenciosas acêrca das divisas do Banco do Brasil e do ouro pertencente ao Tesouro Nacional.

Segundo certos rumores êsse ouro e essas divisas teriam sido dissipados pelo atual Govêrno.

Tais murmurações, porém, são inteiramente infundadas.

Das divisas acumuladas em França e na Tchecoeslováquia, grande parte será utilizada no pagamento das refinarias de petróleo que terão de ser brevemente instaladas no País.

Quanto às da Grã-Bretanha, estão elas sendo empregadas em vários fins de interêsse nacional, em conformidade com o acôrdo firmado.

Depois de outubro de 1945, tem continuado a figurar ininterruptamente, em todos os balancetes do Banco do Banco do Brasil, o ouro do Tesouro Nacional, cujo pêso, em 31 de dezembro de 1948, era representado por 314.881 quilos de ouro, menos a entrega, ao Fundo Monetário, da quota-ouro

integrante da nossa subscrição, correspondente a 33.312 quilos de ouro. Em virtude da entrega dessa quota, o pêso do ouro do Tesouro Nacional constante dos balancetes do Banco do Brasil passou a ser de 281.606 quilos, incluídos 37 quilos comprados durante o exercício.

Cumpre salientar, entretanto, que a entrega dessa quota-ouro ao Fundo Monetário Internacional não representou uma diminuição de reservas, pois que temos assegurada a faculdade de obter, do Fundo, em parcelas anuais, divisas de outros países, até 5 vezes o valor da quota subscrita.

Em 30 de junho de 1948 fizemos ao Fundo Monetário a declaração do valor-par do cruzeiro, que foi fixado em Cr$ 18,50 por 1 dólar americano.

Tomando-se por base o preço internacional do ouro, de 35 dólares por onça troy ou US$ 1,125275 por grama de ouro fino, o conteúdo metálico do cruzeiro corresponde a gr. 0,0480363 de ouro puro.

A quota subscrita pelo Brasil foi de 150 milhões de dólares; dêsse montante 25 % deveriam ser entregues em ouro.

Foi essa parte em ouro que o Brasil integrou no Fundo Monetário em 13 de setembro de 1948. Essa integração correspondeu a 2.700 barras de ouro, pesando 1.071.000,861 onças troy, no valor de US$ 37.485.030,10.

O restante da quota, equivalente a 112 milhões e 500 mil dólares, foi entregue, em cruzeiros, mediante depósito em conta, à disposição do Fundo, na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Êsses fatos concorreram para firmar o prestígio internacional do cruzeiro, permitindo-lhe ser aceito como instrumento de troca em convênios internacionais e, também, para acrescer nossas possibilidades, pois ficamos habilitados a obter, do Fundo, divisas de outros países, contra a entrega de nossa moeda.

*

* *

Não obstante êsses acontecimentos, persistem os especuladores em propalar, aqui e no estrangeiro, rumores acêrca da desvalorização do cruzeiro.

Conservam-se obstinadamente articulados a elementos do exterior os maquinadores indígenas da pretensa desvalorização do cruzeiro.

Não há desmentido oficial que os detenha na ânsia de especularem. Necessitando, para livremente agirem, de ambiente de desconfiança, forjam telegramas lançando boatos incríveis que se espalham com celeridade nos principais centros financeiros do mundo.

Chegam até a precisar com antecedência a data em que o cruzeiro será desvalorizado!

Mas o admirável é que haja ingênuos que dêem crédito a tais balelas de contumazes especuladores.

A política econômico-financeira do Govêrno, restaurando a ordem financeira da Nação, visa o saneamento da moeda e não a sua desvalorização.

Seria prejudicialíssima ao País uma desvalorização da moeda, mas aos especuladores criaria clima favorável à obtenção de lucros fáceis.

Causaria perniciosa elevação do custo da vida e nocivas repercussões sociais.

Elevando o preço das matérias primas importadas encareceria a produção nacional, reduzindo-lhe dêsse modo a capacidade de exportação.

Afastaria a possibilidade de colaboração dos capitais estrangeiros, embaraçando assim o desenvolvimento econômico do País.

Estimularia, porém, a tendência às especulações, possibilitando a uma minoria de privilegiados auferirem lucros excessivos, mediante a escravização da classe dos trabalhadores que constituem a maioria da Nação.

*

* *

Com os recursos provenientes de saldos de exportação, acumulados durante o período da guerra e no após-guerra, poderia o Brasil, mesmo com o *deficit* do Balanço de Pagamentos de 1947, desfrutar situação de relativa folga, se contingências de caráter internacional não nos tivessem privado do direito de utilizar saldos em libras, francos e outras moedas, no valor aproximado de 5 bilhões e 750 milhões de cruzeiros, na cobertura do *deficit* do nosso balanço de contas com os Estados Unidos e demais países de moeda forte.

Reperesentam êsses créditos, assim imobilizados, sem remuneração e vencimento certo, empréstimos forçados, auxílios prestados pelo Brasil no exterior, com sacrifício próprio, visto não dispor de economia que lhe permita desempenhar o papel de país financeiramente credor.

Provieram, pois, de causas externas as dificuldades cambiais sobrevindas em 1948.

A suspensão do comércio triangular, impedindo-nos de usar os créditos acumulados no exterior, está nos forçando a vender, a prazo, grande parte do excedente exportável de nossa produção e pagar, à vista, a maior parte das compras essenciais na área do dólar.

Para atenuar êsses desajustamentos e impedir a exaustão das reservas em ouro e em dólares, foi o Govêrno compelido a instituir o regime de licença-prévia (Lei n.º 262, de 23-2-48).

Também a Superintendência da Moeda e do Crédito estabeleceu normas para o fornecimento de cobertura cambial.

Facultaram-nos essas providências destinar as disponibilidades em divisas, de preferência, ao pagamento de importações essenciais e de interêsse nacional, aos serviços comerciais e aos encargos relativos a investimentos estrangeiros.

Destarte, conseguimos manter em dia o serviço da Dívida Externa e satisfazer com pontualidade as obrigações contratuais assumidas com a garantia do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, no valor aproximado de 16 milhões e 700 mil dólares; também liquidamos no vencimento a primeira pres-

tação, no montante de 20 milhões de dólares, do Empréstimo de Estabilização, obtido nos Estados Unidos, e atendemos, na medida do possível, às necessidades pertinentes a compras essenciais, remessa de rendas de inversões estrangeiras, serviços de fretes, seguros etc.

Mas, em virtude da escassez de dólares, não nos foi facultada a possibilidade de manter em dia essas últimas obrigações, não obstante as restrições das importações não essenciais e supressão quase total dos gastos adiáveis.

Visando remover entraves oriundos da escassez de meios de pagamento internacionais, foram prorrogados alguns acordos e firmados novos ajustes que se vão mostrando satisfatórios.

Em março, prorrogou-se o acôrdo com a França e, em maio, foi assinado outro com a Grã-Bretanha, que constituiu elemento decisivo para a solução do problema dos esterlinos "congelados" e utilização dos novos saldos de transações correntes.

Êsses "congelados", que montavam a 61 milhões e 500 mil libras, em 1946, e tinham se reduzido, por ocasião do acôrdo, a 50 milhões de libras, deverão ser liquidados até junho de 1950.

Em outubro foi assinado o acôrdo de pagamentos com a Argentina, visando não só a regularização mas também a intensificação das trocas com o Brasil.

Representam as restrições cambiais e a utilização racional de nossas divisas disponíveis a via mais segura e menos

áspera, capaz de nos permitir transpor a difícil situação criada pelo após-guerra no campo internacional.

Constituem, na presente situação, tanto o contrôle do câmbio como o da importação, elementos decisivos para a consolidação do crédito do País no exterior.

Precisamos atrair capitais estrangeiros para assegurar o progresso do nosso desenvolvimento econômico; cumpre-nos ampliar e melhorar nossas exportações, desenvolvendo tanto a produção agrícola como a industrial e resolver o problema dos combustíveis, cuja importação tanto sobrecarrega nosso Balanço de Pagamentos.

Visam os contrôles de câmbio e importação obter o equilíbrio entre a oferta e a procura de cambiais; mas para assegurar êsse objetivo deparam-se-lhes imensas dificuldades, que só podem ser superadas mediante estreita colaboração entre a Carteira de Exportação e Importação e a Carteira de Câmbio.

É indispensável que êsses dois órgãos ajam conjugados.

Muito se tem aludido ao problema dos atrazados, cujo montante, na imaginação de alguns, atinge a cifras fabulosas.

Entretanto, o valor dêsses atrazados, em 31 de dezembro de 1948, representava 116 milhões de dólares.

Estamos nos esforçando em resolver êste caso realmente prejudicial a interêsses legítimos.

*

* *

Durante o ano de 1948 continuou a Superintendência da Moeda e do Crédito a desempenhar relevante papel no setor fi-

nanceiro do País, fazendo as vêzes de Banco Central e preparando-lhe o caminho para a fundação.

A Carteira de Redescontos funcionou eficientemente com recursos fornecidos, de acôrdo com a Lei, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional.

A Caixa de Mobilização Bancária continuou realizando operações de descongelamento de ativos bancários, com o objetivo de facultar aos bancos, atingidos por imobilizações, suficientes recursos para aplicações úteis à economia nacional.

Montavam os empréstimos concedidos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária, em 31 de dezembro de 1948, a 2 bilhões e 178 milhões de cruzeiros.

Em dezembro de 1945, êsses empréstimos atingiam apenas ao valor de 164 milhões de cruzeiros.

Tem sido profícua aos interêsses da economia brasileira a ação dêsse importante órgão do nosso sistema bancário.

Em tôdas as nações civilizadas existem órgãos semelhantes.

Nos Estados Unidos existem a Reconstruction Finance Corporation e a Federal Deposit Insurance Corporation, além de outros.

Na Alemanha houve a "FINAG" e a "TILKA", dois importantes órgãos de amparo a bancos de ativos congelados.

A "TILKA" representou uma verdadeira clínica de bancos doentes.

Pelo quadro seguinte poderá ser avaliada a ação construtiva da Caixa de Mobilização Bancária.

EMPRÉSTIMOS A BANCOS

	Cr$ 1.000
31-12-1945	164.000
31-12-1946	550.000
31-12-1947	1.472.000
31-12-1948	2.178.000

*

* *

Durante o ano de 1948 tornaram-se evidentes os sintomas do reajustamento das fôrças de produção no sentido de um equilíbrio entre os diferentes setores de nossa atividade econômica.

No decurso da última guerra, para ocorrer às nossas próprias necessidades e às das Nações Unidas, deslocaram-se braços e capitais da agricultura para a indústria extrativa mineral e vegetal e para certos ramos da indústria fabril.

Essas transferências bruscas de fatôres de produção, de uns para outros setores de atividade econômica, constituíram as causas remotas das dificuldades financeiras.

A produção global do País cresceu em ritmo razoável em 1948, transparecendo com evidência no alargamento do mercado interno e na composição do comércio exterior.

Em 31 de dezembro de 1948, o balanço do comércio exterior apresentou um *superavit* de 712 milhões de cruzeiros; em

1947, o balanço acusou um *deficit* de 1 bilhão e 610 milhões de cruzeiros.

As estatísticas da composição percentual do comércio exterior revelam a expansão e variedade da produção global brasileira.

Na exportação, aumentou a tonelagem relativa às matérias-primas.

Nas importações foi sensível a transformação de nossa economia, acentuando-se os traços de uma estrutura agro-industrial e apagando-se os sulcos da atividade puramente colonial, tão sujeita às oscilações bruscas dos mercados externos de produtos primários.

Revelam os dados estatísticos, na importação, a crescente importância das matérias-primas indispensáveis às nossas indústrias.

Analisando minuciosamente a rubrica "Produtos Manufaturados" no quadro da importação, teremos a prova do progresso de nossa diversificação econômica, revelada pelas cifras concernentes ao número e variedade de máquinas, instrumentos e matérias-primas industrializadas que se têm destinado a ulterior processo de transformação em nosso parque mecano-fatureiro já bastante especializado.

Embora o preço médio unitário dos produtos exportados seja inferior ao de alguns dos últimos anos, o surto de exportação, em 1948, representa auspicioso indício de recuperação da economia brasileira.

Convém assinalar que, para a baixa de preço da tonelada exportada, concorreram não só a queda inevitável dos

preços de certas matérias-primas, mas também o aumento impressionante dos embarques de minério de ferro.

*

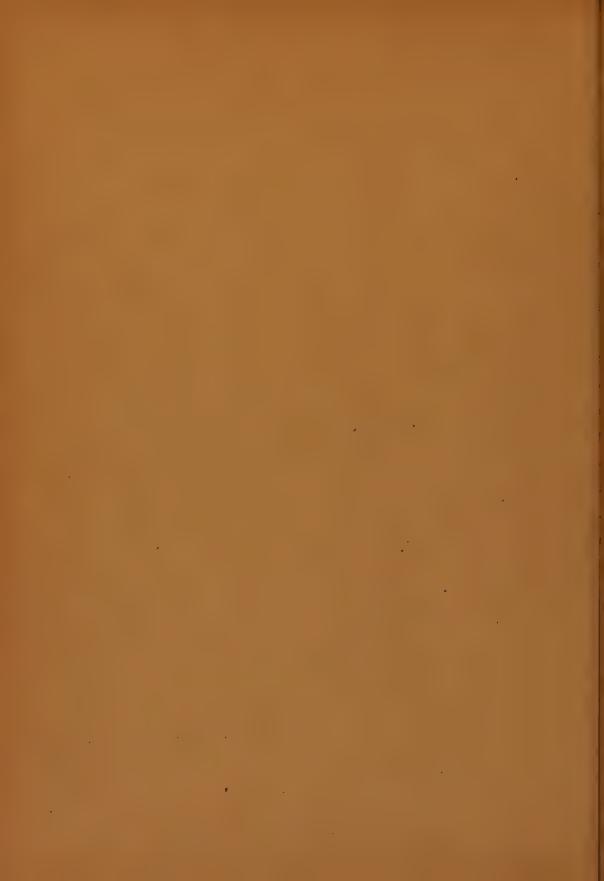
* *

Embora tenhamos ainda árduas dificuldades a superar, encaramos o futuro com sadio otimismo, certos de que prosseguirá, em 1949, a recuperação econômica do País.

Restabelecida a ordem financeira pelo equilíbrio orçamentário e perseverando-se na política de saneamento da moeda, ficará assegurado o clima propício ao desenvolvimento econômico da Nação e o consequente bem estar coletivo, que constituem a suprema finalidade de todo Govêrno consciente.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

ANEXOS

BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS
Deposits and Loans

SALDOS EM FIM DE MÊS
End-of-month balances

Cr$ 1.000.000

MESES *Months*	DEPÓSITOS *Deposits*				EMPRÉSTIMOS *Loans*				% DOS EMPRÉSTIMOS SÔBRE OS DEPÓSITOS *% of Loans on Deposits*			
	1945	1946	1947 (*)	1948 (**)	1945	1946	1947	1948 (**)	1945	1946	1947	1948
Jan. ...	16.257	14.497	15.771	16.087	13.765	12.613	13.705	14.288	85	87	87	89
Fev. ...	16.686	15.233	16.179	16.619	14.393	12.840	12.778	13.909	86	84	79	84
Mar. ..	16.987	15.720	15.903	16.894	11.022	12.931	12.825	14.537	65	82	81	86
Abr. ...	16.295	16.109	15.755	16.936	10.233	13.302	13.109	14.834	63	83	83	88
Mai. ...	16.305	16.470	15.666	16.830	10.643	13.355	13.750	15.399	65	81	87	91
Jun. ...	15.919	16.376	15.652	16.689	10.746	13.782	14.950	15.199	68	84	95	91
Jul. ...	16.121	17.041	16.785	16.246	11.239	14.157	15.102	14.631	70	83	90	90
Agô. ..	15.220	17.057	16.679	16.374	11.163	14.178	15.259	14.688	73	83	91	90
Set. ...	14.726	16.354	15.783	16.844	11.438	14.310	14.448	14.834	78	88	91	88
Out. ...	14.914	15.645	15.405	17.030	12.078	13.679	14.375	14.968	81	87	93	88
Nov. ..	15.253	15.421	15.696	16.953	12.339	13.773	14.534	15.676	81	89	93	92
Dez. ...	14.790	15.405	15.397	17.204	12.538	14.388	14.544	15.919	85	93	94	93
MÉDIA.	15.789	15.944	15.889	16.725	11.799	13.609	14.115	14.907	75	85	89	89

(*) A partir de fevereiro êsses valores diferem dos mencionados em nossos balancetes e balanços, porque não foi incluído o depósito do Tesouro Nacional, criado por uma operação contábil, de acôrdo com a Lei n.º 16, de 7 de fevereiro de 1947.

(**) Não compreendidos os saldos das operações da Carteira de Câmbio, efetuadas por ordem e conta do Govêrno Federal.

NOTA — Não incluídas as "Letras a prêmio".

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS (*)
Loans

SALDOS EM FIM DE MÊS
End of month balances

Cr$ 1.000.000

MESES *Months*	TESOURO NACIONAL (**) *National Treasury*	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other official entities*	BANCOS *Banks*	PÚBLICO *Public*	TOTAL *Total*
1946 — Janeiro	2.348	1.440	256	8.569	12.613
Fevereiro	2 622	1.473	268	8.477	12.840
Março	2.748	1.448	281	8.454	12.931
Abril	3.265	1.415	276	8.346	13.302
Maio	3.252	1.410	359	8.334	13.355
Junho	3.521	1.402	377	8.482	13.782
Julho	4.090	1.343	389	8.335	14 157
Agôsto	4.082	1.351	378	8.367	14.178
Setembro	4 020	1.353	371	8.566	14.310
Outubro	3.357	1.356	401	8.565	13.679
Novembro	3.489	1.404	429	8.451	13.773
Dezembro	3.595	1.469	401	8.923	14.388
MÉDIA	3.366	1.405	349	8.489	13.609
1947 — Janeiro	3.029	1.483	421	8.771	13.704
Fevereiro	2.188	1.481	409	8.700	12.778
Março	2.301	1.472	369	8.683	12.825
Abril	2.438	1 506	337	8.828	13.109
Maio	2.913	1.506	363	8 968	13 750
Junho	3.856	1.503	370	9.221	14.950
Julho	3.915	1.471	434	9.282	15.102
Agôsto	3.950	1.452	508	9.349	15.259
Setembro	3.160	1.379	587	9.322	14.448
Outubro	2 799	1.457	721	9.398	14.375
Novembro	2.852	1.542	709	9.431	14 534
Dezembro	2.378	1.637	1.011	9.518	14.544
MÉDIA	2 982	1.491	520	9.122	14.115
1948 — Janeiro	2.180	1.699	1.008	9.401	14.288
Fevereiro	1.817	1.765	996	9.331	13.909
Março	2.309	1.788	992	9.448	14.537
Abril	2.551	1.799	1 006	9.478	14.834
Maio	2.825	1.792	1.317	9.465	15.399
Junho	2.413	1.738	1.352	9.696	15 199
Julho	1.846	1.675	1.369	9.741	14.631
Agôsto	1.749	1.584	1.484	9.871	14.688
Setembro	1.630	1.527	1.516	10.161	14.834
Outubro	1.570	1.542	1.546	10.310	14.968
Novembro	2.258	1.588	1.557	10.273	15.676
Dezembro	1.870	1.673	1.720	10.656	15.919
MÉDIA	2.085	1.681	1.322	9.819	14.907

(*) Inclusive empréstimos autorizados em Letras Hipotecárias.

(**) Não compreendidos os débitos originados das operações da Carteira de Câmbio, realizadas por ordem e conta do Govêrno Federal.

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO, AO COMÉRCIO E A PARTICULARES POR GRUPOS ECONÔMICOS
Loans and discounts to agriculture, industry, trade and private customers, according to economic groups

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

Cr$ 1.000.000

GRUPOS ECONÔMICOS *Economic groups*	1944	1945	1946	1947	1948
AGRICULTURA, INDÚSTRIA FLORESTAL E MINERAÇÃO (*) — *Agriculture, forestry and mining:*	2.998	5.172	4.725	4.316	4.249
Criação de animais e lacticínios — *Cattle breeding and dairy products*	1.988	3.500	3.451	2.816	2.413
Açúcar e álcool — *Sugar and alcohol*	269	336	398	522	626
Cereais — *Cereals*	138	218	218	324	216
Café — *Coffee*	170	212	191	251	343
Algodão — *Cotton*	284	648	114	57	82
Carnes — *Meat*	48	65	79	65	88
Frutas de mesa e vinho — *Edible fruits and wine*	10	54	59	29	31
Cacau — *Cocoa*	8	14	40	36	15
Outros produtos — *Other products*	83	125	175	216	435
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA — *Manufacturing* (**)	1.317	1.377	1.555	1.873	2.417
INDÚSTRIA DA CONTRUÇÃO — *Building industry*	24[illegible]	[illegible]5	143	195	208
INDÚSTRIA DOS TRANSPORTES — *Transport industry*	163	287	287	213	373
COMÉRCIO — *Trade*	1.191	1.657	1.634	1.872	2.098
Café em grão — *Raw coffee*	275	392	471	621	652
Tecidos e artigos de vestuário — *Textiles and wearing apparel*	113	174	228	216	271
Gado — *Livestock*	184	151	142	157	204
Algodão em rama — *Raw cotton*	315	364	130	98	125
Máquinas, ferragens, tintas e louças — *Machinery, hardware, paints and varnishes, glass and pottery*	40	64	96	134	177
Cereais — *Cereals*	38	64	93	92	85
Produtos alimentares, bebidas e cigarros — *General food products, beverages, tobacco products* (***)	36	60	65	64	70
Matérias oleaginosas — *Oil producing substances*	28	48	56	45	57
Açúcar e aguardente — *Sugar and spirits*	22	36	36	41	47
Produtos químicos e farmacêuticos — *Chemical and pharmaceutical products*	14	16	23	32	51
Automóveis e acessórios — *Automobiles and accessories*	10	20	21	52	74
Combustíveis e lubrificantes — *Fuel and lubricants*	5	29	21	26	13
Outros produtos — *Other products*	111	239	252	294	272
OUTROS EMPRÉSTIMOS — *Other loans and discounts*	219	272	578	1.048	1.308
TOTAL	6.137	8.830	8.922	9.517	10.653

(*) Inclusive as indústrias rurais.
Inclusive of rural industries.

(**) Exclusive as indústrias rurais: vide nota (*).
Exclusive of rural industries: see note (*).

(***) Exclusive o comércio de café, cereais, farelos, farinhas, açúcar e aguardente, frutas de mesa e cacau.
Exclusive of the trade in raw coffee, cereals, bran, flour, sugar and spirits, edible fruits and cocoa.

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS A PRODUÇÃO, AO COMÉRCIO E A PARTICULARES POR REGIÕES
Loans and discounts to agriculture, industry, trade and private customers by zones

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

Cr$ 1.000

DISTRIBUIÇÃO *Distribution*	1944	1945	1946	1947	1948
DISTRITO FEDERAL	1.464.427	1.406.961	2.035.992	2.726.743	3.462.729
SÃO PAULO	1.670.875	2.533.158	1.685.978	1.947.093	2.361.444
POR REGIÕES *By Zones*					
NORTE — *North*	49.765	79.178	93.211	88.720	93.973
NORDESTE — *North-East*	828.680	1.401.210	1.438.366	1.322.275	1.460.152
LESTE — *East*	2.846.608	3.546.700	4.235.735	4.672.101	5.304.427
SUL — *South*	2.115.311	3.265.049	2.566.380	2.916.627	3.304.592
CENTRO-OESTE — *Central-Western*	279.098	509.941	554.976	480.495	445.998
BRASIL	6.119.462	8.802.078	8.888.668	9.480.218	10.609.142
EXTERIOR *Abroad*	17.520	28.175	33.093	36.940	44.249
BRASIL E EXTERIOR *Brazil and abroad*	6.136.982	8.830.253	8.921.761	9.517.158	10.653.391

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

ANOS *Years*	EXPORTAÇÃO *Exports*			IMPORTAÇÃO *Imports*			SALDO *Balance*
	1.000 TONELADAS *1,000 metric tons*	CR$ 1.000.000	PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per metric ton* Cr$	1.000 TONELADAS *1,000 metric tons*	CR$ 1.000.000	PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per metric ton* Cr$	CR$ 1.000.000
1920	2.101	1.752	834	3.064	2.091	682	— 339
1921	1.919	1.710	891	2.456	1.690	688	+ 20
1922	2.122	2.332	1.099	3.120	1.653	530	+ 679
1923	2.229	3.297	1.479	3.418	2.267	663	+ 1.030
1924	1.835	3.864	2.106	4.316	2.790	646	+ 1.074
1925	1.925	4.022	2.090	4.817	3.377	701	+ 645
1926	1.858	3.191	1.717	4.768	2.706	567	+ 485
1927	2.017	3.644	1.807	5.351	3.273	612	+ 371
1928	2.075	3.970	1.913	5.657	3.695	653	+ 275
1929	2.189	3.860	1.763	5.928	3.528	595	+ 332
1930	2.274	2.907	1.279	4.734	2.344	495	+ 563
1931	2.236	3.398	1.520	3.476	1.881	541	+ 1.517
1932	1.632	2.537	1.554	3.254	1.519	467	+ 1.018
1933	1.911	2.820	1.476	3.838	2.165	564	+ 655
1934	2.185	3.459	1.583	3.846	2.503	651	+ 956
1935	2.762	4.104	1.486	4.229	3.856	912	+ 248
1936	3.109	4.895	1.575	4.468	4.269	955	+ 626
1937	3.296	5.092	1.545	5.100	5.315	1.042	— 223
1938	3.934	5.097	1.296	4.913	5.196	1.057	— 99
1939	4.183	5.616	1.343	4.789	4.984	1.041	+ 632
1940	3.237	4.961	1.532	4.336	4.964	1.145	— 3
1941	3.536	6.726	1.902	4.049	5.514	1.362	+ 1.212
1942	2.661	7.500	2.819	3.012	4.693	1.558	+ 2.807
1943	2.696	8.729	3.237	3.303	6.162	1.866	+ 2.567
1944	2.671	10.727	4.015	3.842	7.997	2.082	+ 2.730
1945	2.987	12.198	4.083	4.292	8.617	2.008	+ 3.580
1946	3.663	18.230	4.977	5.061	13.029	2.574	+ 5.201
1947	3.781	21.179	5.601	7.161	22.789	3.182	— 1.610
1948	4.658	21.697	4.658	6.799	20.985	3.086	+ 712

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

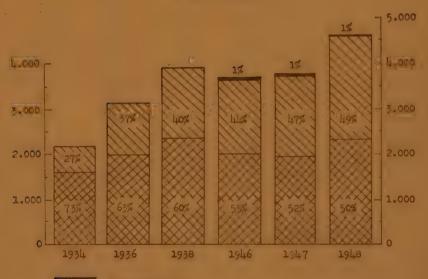
EXPORTAÇÃO

TONELAGEM

Percentuais sôbre o total

CLASSES	1934	1936	1938	1946	1947	1948
Matérias primas	27	37	40	44	47	49
Gêneros alimentícios	73	63	60	55	52	50
Manufaturas	0	0	0	1	1	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

EXPORTAÇÃO

1.000 toneladas

Manufaturas

Matérias primas

Gêneros alimentícios e forragens

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO

TONELAGEM

Percentuais sôbre o total

GRUPOS	1934	1936	1938	1946	1947	1948
Matérias primas	62	64	64	71	69	72
Gêneros alimentícios	26	24	24	13	14	14
Manufaturas	12	12	12	16	17	14
TOTAL	100	100	100	100	100	100

IMPORTAÇÃO

1.000 TONELADAS

BRASIL

MEIO CIRCULANTE
CURRENCY

VARIAÇÕES EM 1948
Variation in 1948

DISCRIMINAÇÃO	CR$ 1.000	
	EMISSÃO	RESGATE
CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO — Pela substituição de cédulas desta extinta Caixa — Decreto n.º 20.621, de 7 de novembro de 1931	826	826
CARTEIRA DE REDESCONTOS — Lei n.º 449, de 14 de junho de 1937, Decreto-lei número 4.792, de 5 de outubro de 1942, e Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945:		
— Para suprimento à Carteira	1.350.000	
— Por devolução da Carteira		618.900
CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA — De acôrdo com o Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932	618.900	
MOEDA DIVISIONÁRIA — Posta em circulação mediante recolhimento de quantia correspondente em papel-moeda		52.037
DIVERSOS — Descontos sôbre notas recolhidas		348
	1.969.726	672.111
Aumento do papel-moeda em circulação		1.297.615
TOTAL	1.969.726	1.969.726

RESPONSABILIDADE	CR$ 1.000.000		
	1947	1948	VARIAÇÃO
Tesouro Nacional	19.216	19.165	— 51
Carteira de Redescontos	619	1.350	+ 731
Caixa de Mobilização Bancária	560	1.178	+ 618
Caixa de Estabilização	4	3	— 1
TOTAL	20.399	21.696	+ 1.297

(*) — Até o mês de março de 1949 tinham sido devolvidos 470 milhões de cruzeiros, que foram retirados da circulação.

BRASIL

MEIO CIRCULANTE
CURRENCY

1930-1948

Cr$ 1.000.000

ANOS *Years*	MEIO CIRCULANTE *Currency*	VARIAÇÕES *Variations*	AUMENTOS *Increases*
1930	2.845		
1931	2.942	+ [illegible]7	192
1932	3.239	+ 297	
1933	3.037	— 202	
1934	3.157	+ 120	
1935	3.612	+ 455	
1936	4.050	+ 438	1.934
1937	4.550	+ 500	
1938	4.825	+ 275	
1939	4.971	+ 146	
1940	5.185	+ 214	
1941	6.647	+ 1.462	
1942	8.238	+ 1.591	12.564
1943	10.981	+ 2.743	
1944	14.462	+ 3.481	
1945	17.535	+ 3.073	
1946	20.494	+ 2.959	
1947	20.399	— 95	4.161
1948	21.696	+ 1.297	

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Caixa de Amortização — Ministério da Fazenda.

DISPONIBILIDADES E OBRIGAÇÕES EM DIVISAS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

Moedas	Banco do Brasil		Outros bancos (*)		Total (*)	
	Milhares de unidades monetárias estrangeiras	Cr$ 1.000	Milhares de unidades monetárias estrangeiras	Cr$ 1.000	Milhares de unidades monetárias estrangeiras	Cr$ 1.000
Conversíveis						
Dólares	62.778	1.154.005	6.502	116.039	69.280	1.270.044
Escudos	2.507	2.433	— 20.229	— 15.833	— 17.722	— 13.400
Francos suíços	— 258	— 1.040	— 58	— 145	— 316	— 1.185
Outras		— 2.614		— 343		— 2.957
Total		1.152.784		99.718		1.252.502
Compensadas						
Francos belgas	915.915	391.487	60.935	26.186	976.850	417.673
Francos franceses	4.708.804	334.761	28.706	1.710	4.737.510	336.471
Libras esterlinas	5.184	391.113	68	5.554	5.252	396.667
Coroas tchecas	619.958	232.112	5.890	2.101	625.848	234.213
Coroas suecas	16.437	85.650	— 696	— 4.586	15.741	81.064
Coroas dinamarquesas	9.066	35.366	338	1.307	9.404	36.673
Dólares s/Argentina	26.788	501.479	— 57	102	26.731	501.581
Outras		63.271		— 775		62.496
Total		2.035.239		31.599		2.066.838
Bloqueadas						
Libras esterlinas	38.383	2.906.802			38.383	2.906.802
Outras		— 23.423		— 254		— 23.677
Total		2.883.379		— 254		2.883.125
Total geral		6.071.402		131.063		6.202.465

(*) Dados provisórios.

BRASIL

MOVIMENTO BANCÁRIO
BANKING TURNOVER

SALDOS EM FIM DE ANO (Cr$ 1.000.000)
End-of-year balances (Cr$ 1.000.000)

a) DEPÓSITOS
Deposits

DATAS *Dates*	DEPÓSITOS NO BANCO DO BRASIL *Deposits with the Banco do Brasil*			DEPÓSITOS DOS DEMAIS BANCOS *Deposits with other banks*	TOTAL	ÍNDICES DO TOTAL *Indexes of total* 1938 = 100
	DE ENTIDADES PÚBLICAS *Governments and public departments*	DE BANCOS *Banks*	DO PÚBLICO *Public*			
1939	1.105	1.094	2.105	8.219	12.523	107
1940	956	1.291	2.144	9.273	13.664	117
1941	1.510	1.118	2.961	10.943	16.532	142
1942	2.058	2.272	3.578	13.633	21.541	185
1943	4.213	2.497	4.830	20.030	31.570	271
1944	5.016	3.421	6.151	25.115	39.703	340
1945	5.728	3.460	7.447	28.651	45.286	388
1946	5.219	3.630	8.179	31.740	48.768	418
1947	5.739	4.223	8.081	33.766	51.809	444
1948	7.256	4.872	7.986	37.104	57.218	491

b) EMPRÉSTIMOS
Loans and discounts

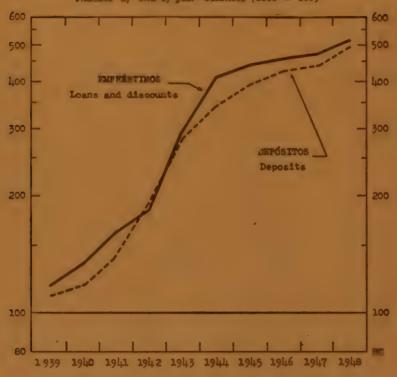
DATAS *Dates*	EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL *Loans and discounts made by the Banco do Brasil*			EMPRÉSTIMOS DOS DEMAIS BANCOS *Loans and discounts made by other banks*	TOTAL	ÍNDICES DO TOTAL *Indexes of total* 1938 = 100
	A ENTIDADES PÚBLICAS *To Governments and public departments*	A BANCOS *To Banks*	AO PÚBLICO *To banks*			
1939	2.781	166	1.232	7.103	11.282	113
1940	2.270	139	1.693	8.735	12.837	129
1941	3.027	219	2.370	10.278	15.894	160
1942	3.327	184	2.885	11.810	18.206	183
1943	6.243	181	3.298	19.035	28.757	289
1944	7.381	253	6.137	26.336	40.107	403
1945	3.424	282	8.830	31.324	43.860	441
1946	5.064	401	8.922	30.889	45.276	455
1947	4.015	1.012	9.517	31.995	46.539	468
1948	3.891	1.721	10.653	35.044	51.309	516

Fontes / *Sources*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda. Banco do Brasil.

BRASIL

MOVIMENTO BANCARIO
BANKING TURNOVER

DEPOSITOS E EMPRESTIMOS
Deposits, Loans and Discounts

ÍNDICES DOS SALDOS EM FIM DE ANO (1938 = 100)
Indexes of end-of-year balances (1938 = 100)

BRASIL

CARTEIRA DE REDESCONTOS (*)
REDISCOUNT DEPARTMENT

OPERAÇÕES REALIZADAS
Operations carried out

SALDOS EM FIM DE ANO E MÊS (Cr$ 1.000)
End-of-year and end-of-month balances (Cr$ 1,000)

PERÍODOS *Periods*	TÍTULOS REDESCONTADOS *Rediscounted bills*	EMPRÉSTIMOS *Loans*	TOTAL
1939	214.608	—	214.608
1940	425.550	—	425.550
1941	1.040.399	—	1.040.399
1942	56.552	—	56.552
1943	1.185.741	1.599.900	2.785.641
1944	1.829.416	4.531.000	6.360.416
1945	505.205	4.516.000	5.021.205
1946	3.109.374	15.325	3.124.699
1947	1.472.645	—	1.472.645
1948	2.477.382	—	2.477.382
1947 — Janeiro	3.101.623	13.626	3.115.249
Fevereiro	716.010	155.051	871.061
Março	389.422	350.000	739.422
Abril	387.014	350.000	737.014
Maio	581.803	158.780	740.583
Junho	708.404	55.090	763.494
Julho	983.972	1.430	985.402
Agôsto	961.795	—	961.795
Setembro	933.577	100.000	1.033.577
Outubro	969.307	150.000	1.119.307
Novembro	937.157	200.000	1.137.157
Dezembro	1.472.645	—	1.472.645
1948 — Janeiro	1.379.068	—	1.379.068
Fevereiro	789.612	—	789.612
Março	804.634	—	804.634
Abril	926.841	—	926.841
Maio	922.131	—	922.131
Junho	1.049.806	—	1.049.806
Julho	1.306.186	—	1.306.186
Agôsto	1.325.329	—	1.325.329
Setembro	1.326.753	—	1.326.753
Outubro	1.267.449	—	1.267.449
Novembro	1.345.999	—	1.345.999
Dezembro	2.477.382	—	2.477.382

(*) Lei 449, de 14 de junho de 1937 e Decreto-lei 4.792, de 5 de outubro de 1942.
Law 449, of June 14th, 1937, and Decree-law 4,792, of October 5th, 1942.

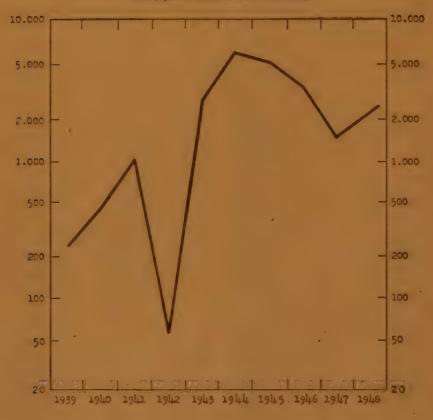
Fonte / *Source* } Banco do Brasil.

BRASIL

CARTEIRA DE REDESCONTOS
REDISCOUNT DEPARTMENT

OPERAÇÕES REALIZADAS
Operations carried out

VALORES EM FIM DE ANO (CR$ 1.000.000)
End-of-year values (CR$ 1.000.000)

BRASIL

FINANÇAS DA UNIÃO
FINANCIAL POSITION OF THE FEDERAL GOVERNMENT

a) Receitas e Despesas
Revenue and expenditure

Anos *Years*	Cr$ 1.000.000 — Receitas *Revenue* — Ordinárias *Ordinary revenue*	Extraordinárias *Extraordinary revenue*	Tôdas as receitas *All revenue*	Despesas *Expenditure*	Resultados *Balances*	Índices *Indexes* 1938 = 100 — Receitas *revenue*	Despesas *Expenditure*
1939	3.298	497	3.795	4.335	— 540	98	92
1940	3.422	614	4.036	4.629	— 593	104	96
1941	3.750	295	4.045	4.839	— 794	104	102
1942	3.909	468	4.377	5.748	— 1.371	113	121
1943	4.899	544	5.443	5.944	— 501	140	126
1944	6.509	857	7.366	7.451	— 85	190	157
1945	7.931	921	8.852	9.850	— 998	228	208
1946	10.443	(*) 1.127	11.570	14.203	— 2.633	298	300
1947	13.130	723	13.853	13.393	+ 460	357	283
1948	14.497	1.202	15.699	15.696	+ 3	405	331

b) Receitas ordinárias (Cr$ 1.000.000)
Ordinary revenue (Cr$ 1.000.000)

Anos *Years*	Impostos *Taxes*	Patrimoniais *Patrimonial revenue*	Industriais *Industrial revenue*	Outras rendas *Other revenue*	Tôdas as receitas ordinárias *All ordinary revenue*
1939	2.655	40	439	164	3.298
1940	2.725	51	462	184	3.422
1941	3.119	43	390	198	3.750
1942	3.348	68	257	236	3.909
1943	4.227	81	327	264	4.899
1944	5.631	164	380	334	6.509
1945	7.080	58	431	362	7.931
1946	9.367	81	503	492	10.443
1947	11.667	222	542	699	13.130
1948	12.150	344	563	1.440	14.497

c) Receitas de impostos (Cr$ 1.000.000)
Revenue from taxes (Cr$ 1.000.000)

Anos *Years*	Importação *Custom duties*	Consumo *Excise duties*	Sêlo etc. *Taxes on commercial paper etc.*	Sôbre a renda *Income tax*	Outros *Other taxes*	Todos os impostos *All taxes*
1939	1.031	1.030	270	324	—	2.655
1940	977	1.054	283	411	—	2.725
1941	1.059	1.185	338	537	—	3.119
1942	674	1.254	432	988	—	3.348
1943	596	1.554	579	1.498	—	4.227
1944	902	1.947	743	2.037	2	5.631
1945	1.026	2.832	865	2.[illegible]50	7	7.080
1946	1.404	4.009	1.195	2.751	8	9.367
1947	1.876	4.463	1.424	3.902	2	11.667
1948	1.650	4.854	1.448	4.195	3	12.150

(*) Inclusive 178 milhões de cruzeiros do "Plano de Obras e Equipamentos".
Including 178 million cruzeiros for the "Plan for Public Works and Equipments".

Fonte / *Source*: Contadoria Geral da República — Ministério da Fazenda